

# Micros terão prazo maior para pagar dívida

## Medida consta de pacote que Governo anunciará para esvaziar proposta de anistia

# Centrão se vira contra o Governo

CESAR FONSECA  
Da Editoria de Economia

**DILZE TEIXEIRA**  
A área econômica do Governo está concluindo os estudos sobre um conjunto de medidas que deverá ser anunciado nos próximos dias. O objetivo dessas medidas é aliviar o custo financeiro dos empréstimos adquiridos pelos micros e pequenos empresários, inclusive pequenos agricultores. À época do Plano Cruzado, entre as medidas do novo pacote constam as que aumentarão os prazos de pagamento da dívida e aqueles referentes aos períodos de carência, de modo que esses empresários tenham condições de recuperar-se.

"Será um conjunto de medidas sérias, em socorro aos pequenos e microempresários, sem qualquer demagogia. Dentro dos critérios já estabelecidos pela política econômica do Governo, de forma realista", revelou um ministro que vem acompanhando os estudos. Segundo ele, com essas novas medidas o Governo espera esvaziar as emendas que concedem anistia da correção monetária que incide sobre os empréstimos

contratados pelos pequenos agricultores e pequenos e microempresários em 1982, em tramitação na Constituinte.

### DEMOGOGIA X ELEIÇÕES

O ministro explicou que o Governo já vem mantendo contato com os constituintes mais interessados nas emendas da anistia da correção monetária, para explicar as novas medidas que serão anunciadas dentro em breve, bem como para mostrar as graves consequências para a economia, caso as emendas dos parlamentares Mansueto de Lavor e Humberto Souto, venham a ser aprovadas. Na ação de desmobilização do Governo, o trabalho dos governadores está sendo fundamental junto às bancadas. Eles sabem que aprovada a anistia para a correção monetária a maioria dos bancos estaduais ficaria desestabilizada e a quase totalidade dos pequenos bancos com graves problemas financeiros.

De acordo com este ministro, a anistia da correção monetária que incide sobre os empréstimos contratados por esse segmento à época do Plano Cruza-

do, resultaria num rombo de 12 bilhões de dólares que o Tesouro Nacional não teria a menor condição de assumir.

"É evidente que se tivéssemos condições tomaríamos a iniciativa de anistiar esses devedores. Mas isto é absolutamente inviável, inclusive os parlamentares mobilizados para a aprovação das emendas sabem disto. Se assim agem é porque estão movidos pela demagogia, tão comum num ano eleitoral", declarou a fonte. Ele alertou, ainda, para o risco de se cometer injustiças, na medida em que muitos empresários, a despeito das inegáveis dificuldades, conseguiram honrar seus compromissos.

Um outro problema está sendo considerado pelo Governo: é o que diz respeito a queles micros e pequenos empresários, inclusive agricultores, que além de não cumprirem seus compromissos, desviaram os recursos dos empréstimos para outras aplicações. O Governo está fazendo um levantamento dos empresários nesta situação para que não sejam beneficiados com as medidas de alívio que anunciará nos próximos dias.



A manifestação das entidades ruralistas recebeu apoio dos pequenos empresários

## Cascaes vai organizar caravanas

Em entrevista coletiva à imprensa realizada em Blumenau, o presidente da Coname-Confederação Nacional das Micro e pequenas empresas, Pedro Cascaes Filho, esclareceu à imprensa como está o andamento da mobilização visando aprovação da emenda Mansueto de Lavor e divulgou valores reais da isenção de correção monetária com a aprovação deste dispositivo.

"Os números divulgados pelos banqueiros e Governos nada têm de verdade". Segundo o levantamento realizado junto ao Banco Central pela assessoria dos senadores Mansueto de Lavor, Afonso Camargo, Ziza Valadares e Humberto Souto, o total de correção monetária que será eliminado com aprovação da emenda chega a 183 bilhões de cruzados, sendo 85,8% do setor rural e 14,2% do setor urbano. Cascaes explicou que a eliminação na correção monetária não irá trazer prejuízos aos bancos, pois quando do refinanciamento dos débitos pelas Resoluções 1335/1337/87, pouquíssimas empresas conseguiram refinanciar e o dinheiro liberado está girando até hoje neste bancos.

"A pressão exercida pelo Governo e os banqueiros (e é óbvio, boa parte do Governo é composta por banqueiros), eles não temem o prejuízo, acontece que eles perderão a galinha dos ovos de ouro, que é manter o pequeno empresário, o pequeno agricultor trabalhando com uma corda no pescoco, transferido o lucro do seu trabalho de graça para os bancos em correção monetária, chegando ao ponto inclusive de ter que botar órgãos do corpo humano à venda por não ter mais nada para vender".

Pedro Cascaes conclamou a todos os micros, pequenos empresários e produtores rurais para participarem da mobilização visando a aprovação deste dispositivo.

"Não adianta estar solidário em frente a televisão, não ficar em sua empresa aguardando os acontecimentos. O que está em jogo é o futuro de milhares de empresas e empregos. Temos que lutar com tudo o que temos disponível em nosso alcance, cartas e telegramas aos constituintes, mobilizem os companheiros, aluguem ônibus e nos ajudem em Brasília, caso contrário corremos o risco de perdermos para os banqueiros que têm dinheiro, enquanto nós temos a união e a força de vontade" finalizou Cascaes.

— O Caladão não deve ter lido meu livro. Alguém leu o livro para ele e lhe deu informações erradas. Eu jamais escreveria uma asneira dessas. A informação de que eu defendera no livro a não cobrança de correção monetária é uma estultície (NR: estupidez, imbecilidade). Quem defende o fim da correção monetária para os empréstimos agrícolas precisa de um curso elementar de finanças — devolveu Mailson.

## Jutahy ataca Sarney por não se antecipar

O primeiro secretário do Senado, senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA) criticou ontem duramente o Governo por não atender imediatamente ao pedido de anistia de pequenos e médios empresários de todo o País, que desejam pagar seus débitos junto ao sistema bancário sem a correção monetária. O assunto deverá ser examinado e votado ainda esta semana pela Constituinte, dentro do capítulo das Disposições Transitorias.

Jutahy Magalhães mostrou sua estranheza pelo fato do Governo mobilizar-se contra a aprovação da emenda do senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), que propõe a anistia fiscal a micros, pequenos e médios empresários e agricultores, lembrando que o Governo alega que terá "grandes desembolsos" com a aprovação da medida, "mas se esquece disto quando dá a fundo perdido 200 milhões de dólares para atender apenas aos interesses de 8 empresários do setor de navegação".

— Esse mesmo setor — segundo Jutahy Magalhães — tem outros 500 milhões de dólares de débitos junto ao Governo, que, por sua vez, não se preocupa em se ressarcir de seus prejuízos. Com isto, afirma o senador, "o Governo privilegia os grandes e se mobiliza para impedir que os pequenos recebam o perdão da correção monetária sobre o montante de suas dívidas".

## UDR protesta contra correção e reúne 10 mil

Da Sucursal

Goiania — A UDR de Goiás, mesmo tendo à frente o presidente nacional da entidade, Ronaldo Caiado, não conseguiu reunir os 100 mil pessoas que durante uma semana, através de chamadas no rádio e televisão, foram convocadas para participar do movimento de protesto contra a cobrança de correção monetária nos empréstimos contratados durante a vigência do Plano Cruzado.

A concentração, organizada pela UDR, Federação da Agricultura do Estado de Goiás, Associação Comercial e Industrial de Goiás e Associação Goiana de Pequenas e Médias Empresas, reuniu cerca de 10 mil pessoas na Praça Tamandaré. O ponto alto da concentração foi uma passeata de cavaleiros que saiu do Parque Agropecuário de Nova Vila, percorreu as avenidas principais de Goiania e chegou à Praça Tamandaré, às 16 horas. A frente dos cavaleiros, o líder ruralista Ronaldo Caiado.

Foi expressiva a participação de representantes do interior do Estado, principalmente de municípios de tradição agropecuária como Ipameri, Rio Verde, Santa Helena, Gurupi, Porangatu. Não faltaram também participação de políticos que aproveitaram a concentração para anunciar suas presenças.

### PREJUÍZOS

O presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado de Goiás, Haley Garcia Rocha, informou ontem que se o Congresso aprovar a anistia total da correção monetária aos tomadores de empréstimos na vigência do Plano Cruzado, o prejuízo do banco será de Cz\$ 600 milhões. "Considerando que o patrimônio líquido do banco é de Cz\$ 1 bilhão e 500 milhões, o prejuízo a ser lançado corresponderia a quase um terço de seu patrimônio", assinalou.

### PROTESTO

Aroldo Rastoldo, presidente da Federação da Agricultura, estava entusiasmado com o volume atingido pela concentração. Destacou a importância da participação dos empresários urbanos, notadamente os micros, comandados pela Acieg e Associação Goiana de Pequenas e Médias Empresas.

Indicou o líder ruralista que "Se restam apenas 30% dos pequenos e microempresários para saldar suas dívidas é mais um motivo para o Governo não mostrar números absurdos, afirmando que os bancos vão quebrar com o perdão da dívida". Esta foi a reação do deputado Humberto Souto (PFL-MG) ao tomar conhecimento das declarações do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, afirmando que 70% dos pequenos e microempresários já teriam saldado suas dívidas junto aos bancos.

### Cebrae evita confronto

Reticente em suas declarações, o presidente interino do Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (Cebrae), Nilo Alberto Barroso, não achou que o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega tenha sido contraditório ao afirmar que aproximadamente 70% dos pequenos microempresários já teriam saldado suas dívidas contraídas na época do Plano Cruzado. "Ele está sendo coerente com a posição dele", afirmou Barroso.

Nilo Barroso ressaltou que se o Ministro da Fazenda possui dados colhidos junto à rede bancária, certamente eles são confiáveis. "Não tenho opinião sobre essa declaração do ministro", disse. Com relação aos números divulgados por Mailson, Nilo afirmou que o Cebrae não possui um controle sobre isso pelo fato de haver milhares de agências bancárias em todo o País, e um levantamento desse porte exige uma certa estrutura que a instituição não possui.

Nilo, entretanto, revelou que em janeiro desse ano o Cebrae constatou que cerca de 40% dos endividados corriam risco de inadimplência e que o ideal nesse caso seria um levantamento caso a caso para analisar a situação de cada empresário, constatando-se a real situação em que o setor se encontra. Com relação à emenda que está sendo elaborada no Congresso, ele afirmou não ter conhecimento, mas disse que o cancelamento da correção monetária é um processo difícil de ser posto em prática.

## Governo fixa teto para negociação

RITAMARIA PEREIRA  
Da Editoria de Política

Novena milhões de OTNs, o que vale hoje cerca de Cz\$ 120 bilhões. E este é o teto limite que o Governo adota para tentar uma negociação em torno das emendas que anistiam os micros e pequenos empresários das dívidas contraídas durante o Plano Cruzado. As divergências entre os números do montante que essas dívidas correspondem permanecem: os técnicos do Ministério da Fazenda não arredam pé de que é de dez bilhões de dólares, os políticos insistem que dá Cz\$ 180 bilhões cerca de 1 bilhão de dólares. O deputado Humberto Souto disse ontem que não quer nenhum tipo de acordo, preferindo decidir a questão no voto, dentro do plenário da Constituinte. O senador Mansueto de Lavor acha que o Governo deveria olhar para os benefícios que a anistia trará em termos sociais.

Diante do impasse, o líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, comentou ontem, já desanimado, que "sem concordar com um número, será difícil um acordo". E, reconheceu que sem o entendimento, a emenda da anistia é uma das que tem o que define de "empuxo de aprovação". Neste caso, acredita que poderia tentar puxar uma campanha de convencimento entre os constituintes governistas, fazer apelos, mas não crê em resultados satisfatórios. Sant'Anna fez deste assunto o tema principal de sua conversa durante a audiência de rotina, ontem, com o presidente José Sarney.

O Presidente achou que ele está certo de buscar um número para o montante da dívida do grupo a ser anistia e concordou em analisar dentro do Governo meios para atender um eventual acordo sobre a anistia. Desde sexta-feira, também, Carlos Sant'Anna tem em mãos

um trabalho do Ministério da Fazenda aceitando tratar cada caso dos micros e pequenos empresários de maneira individual, o que equivale a cobrar dos beneficiados provas do emprego correto da quantia pedida e que ele efetivamente não disponha de bens e valores para arcar com a dívida.

Nesse estudo, o Ministério da Fazenda fala em cinquenta milhões de OTNs. Todavia, a disposição de negociar praticamente dobraria a previsão, podendo se fixar entre 90 milhões a 100 milhões de OTNs, ou até 130 milhões de OTNs. Esses números, dariam, hoje, dois terços do montante da dívida que, vem sendo falado pelo senador Mansueto de Lavor. Outros políticos, contudo, duvidam deste número, acham que o teto oficial é pequeno e já alertaram as lideranças governistas de que há muito vagar nas conversas com o Ministério da Fazenda, a quem acusam de não dar importância devida ao assunto.

Depois de anunciar as dificuldades em conduzir o acordo e reconhecer que com ou sem ele dificilmente evitaria a aprovação de uma fusão das emendas Mansueto de Lavor e Humberto Souto, o líder Carlos Sant'Anna reuniu-se em seu gabinete com técnicos do Ministério da Fazenda e os deputados Benito Gama e Osmando Rebouças, especialistas nesta área, a fim de entender melhor as razões de uma conta que dá 10 bilhões de dólares (isso é igual a um ano do saldo da balança comercial brasileira. Só numa segunda etapa é que Sant'Anna abrirá o debate aos constituintes para que eles também tenham oportunidade de lidar com os argumentos do Ministério da Fazenda.

Na reunião com Carlos Sant'Anna, os técnicos da Fazenda acabaram deixando bem

claro para os políticos que 10 bilhões de dólares correspondem ao estoque da dívida. Isso foi apurado por telex remetido pela área financeira aos bancos, em estes informaram o valor atualizado dos débitos contratados durante o Plano Cruzado.

Circularo ontem também a informação de que o Governo já recebeu dos bancos a seguinte proposta: a de que eles (os bancos) aceitam bancar 30 por cento do total da anistia, certos de que essa é a única forma de receber alguma parte dos débitos.

Ontem, ainda, o deputado Humberto Souto contou que esteve com o líder de seu partido, José Lourenço, a quem apelou, depois de relatar o alcance da emenda, que o PFL não fique contra a medida, pois ela tem muito a ver com as bases parlamentares de todos os políticos. Em outros grupos políticos a conversa não muda. O deputado Paes Landim também recebeu um pedido de seu irmão, candidato a prefeito para apoiar a anistia.

Souto revelou ainda dois casos que chegaram a seu conhecimento. Um é de um cidadão que tem um pequeno hotel em Rondônia e pegou Cz\$ 350 mil em fevereiro de 1986. Sua dívida, hoje, é de Cz\$ 5 milhões. Com um faturamento de Cz\$ 180 mil líquidos, ele não tem como pagar cerca de Cz\$ 1 milhão de juros por mês. Está numa situação falimentar e a venda do empreendimento não cobre a dívida. Outro é de um proprietário rural que pegou importância equivalente e deve Cz\$ 3 milhões. O gerente do banco sugere que venda sua fazenda, o que se recusa a fazer porque é seu meio de vida. Para o deputado, tais situações não podem deixar o Governo e a classe política insensível, daí preferir discutir o conteúdo da emenda no voto em plenário.

## Emenda beneficiará apenas 12%

LUIZ ROBERTO MARINHO  
Da Editoria de Economia

As emendas às disposições transitórias da nova Constituição, anistia da correção monetária das dívidas bancárias dos pequenos empresários contraídas durante o Plano Cruzado, atingirão apenas 12 por cento dos microempresários, pois 70 por cento deles saldaram seus débitos e os 18 por cento restantes já reescaionaram seus financiamentos. Os dados, contidos em estudo do Banco Central, demonstram, na opinião de técnicos do Ministério da Fazenda, "o absoluto casuismo" das emendas, ao privilegiar, segundo eles, não só um pequeno segmento como, sobretudo, os inadimplentes.

A extensão da anistia aos pequenos e médios agricultores, para onde aponta a fusão das três emendas existentes, foi criticada ontem pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, em conversa com assessores. Ele apontou, entre outras, as principais consequências da medida, caso seja aprovada pelo plenário da Constituinte, a fuga dos bancos das operações de crédito rural e a total inviabilização do sistema de cooperativas de crédito, que captam seus recursos pela caderneta de poupança rural, remunerando-os com a correção monetária.

Outro efeito maléfico da proposta, de acordo com o ministro da Fazenda, é de que o fim da correção monetária para os empréstimos do pequeno e médio agricultor favoreceria a concentração de renda, na medida em que incentivaria o enriquecimento, a não cobrança da correção monetária numa conjuntura inflacionária de 600 por cento no ano e em que apenas um quarto dos agricultores tem acesso ao financiamento bancário.

— É uma pena que a cegueira de alguns líderes da agricultura, aliada ao emocionalismo de outros, esteja levando ao setor rural tamanha tolice — lamentou Mailson, conforme relato de um assessor, referindo-se implicitamente

ao presidente licenciado da UDR, Ronaldo Caladão. O ministro da Fazenda rebateu as críticas de Caladão, publicadas no jornal Estado de São Paulo, segundo as quais, ao defender o fim do subsídio ao crédito agrícola, estaria "mudando de camisa", pois teria defendido o subsídio no seu livro "Desafios da Política Agrícola", editado em 85. Declarou-se estupefato com as críticas de Caladão, assinalando que nas páginas 48, 169 e 170 do seu livro propõe justamente o contrário, ou seja, o fim do subsídio ao crédito rural, de forma gradativa.

— O Caladão não deve ter lido meu livro. Alguém leu o livro para ele e lhe deu informações erradas. Eu jamais escreveria uma asneira dessas. A informação de que eu defendera no livro a não cobrança de correção monetária é uma estultície (NR: estupidez, imbecilidade). Quem defende o fim da correção monetária para os empréstimos agrícolas precisa de um curso elementar de finanças — devolveu Mailson.

— É uma pena que a cegueira de alguns líderes da agricultura, aliada ao emocionalismo de outros, esteja levando ao setor rural tamanha tolice — lamentou Mailson, conforme relato de um assessor, referindo-se implicitamente

mente todos aqueles que contraíram empréstimos durante o Plano Cruzado. A única forma do Planalto evitar um rombo no Tesouro e no bolso do contribuinte, será atendendo ao apelo do porta-voz Izar, que vem trabalhando no sentido de fazer com que o presidente José Sarney adote uma medida administrativa perdendo do pagamento da correção monetária aos empresários que realmente investiram na produção.

"Passar o que está escrito (no projeto) é uma calamidade" disse ontem uma fonte da UDR. Acrescentando que quem usou de financiamento para comprar um automóvel não merece o benefício. A mesma pessoa disse também que a medida administrativa do Governo deverá trazer dispositivo especial, transformando em crédito os pagamentos já efetuados, principalmente pelos microempresários. O aviso dos agropecuaristas é

claro — ou ganhamos junto ao Governo ou na Constituinte. Nesse sentido, a UDR já vem mobilizando caravanas para vir a Brasília. Ontem chegaram três ônibus de Campo Grande (MS). Para hoje espera-se uma invasão de cerca de dois mil fazendeiros ao Congresso Nacional. Durante o final de semana, o presidente licenciado da entidade, médico Ronaldo Caladão, passou por Vitória, Recife, Montes Claros e cidades do Rio Grande do Sul, organizando a mobilização.

— Ela não será tão grande como o imaginado. É que dentro da UDR e do Centrão existe uma expectativa positiva em relação a Sarney. Do Planalto tem vindo "claros sinais" de que antes da matéria entrar em apreciação pelo plenário constituinte, Sarney fará sua própria anistia, contemplando de forma integral as reivindicações dos ruralistas.

— Ela não será tão grande como o imaginado. É que dentro da UDR e do Centrão existe uma expectativa positiva em relação a Sarney. Do Planalto tem vindo "claros sinais" de que antes da matéria entrar em apreciação pelo plenário constituinte, Sarney fará sua própria anistia, contemplando de forma integral as reivindicações dos ruralistas.

— Ela não será tão grande como o imaginado. É que dentro da UDR e do Centrão existe uma expectativa positiva em relação a Sarney. Do Planalto tem vindo "claros sinais" de que antes da matéria entrar em apreciação pelo plenário constituinte, Sarney fará sua própria anistia, contemplando de forma integral as reivindicações dos ruralistas.

— Ela não será tão grande como o imaginado. É que dentro da UDR e do Centrão existe uma expectativa positiva em relação a Sarney. Do Planalto tem vindo "claros sinais" de que antes da matéria entrar em apreciação pelo plenário constituinte, Sarney fará sua própria anistia, contemplando de forma integral as reivindicações dos ruralistas.

## Deputado dá opções ao Planalto

SIMONE CALDAS  
Da Editoria de Política

A anistia aos pequenos e médios empresários urbanos e rurais poderá sair antes mesmo que a Constituinte vote o tema. Nesse sentido vem trabalhando o deputado Ricardo Izar (PFL-PE), que assumiu o papel de intermediário entre Governo e Centrão para encontrar o melhor remédio para o caso. O Governo não quer que a anistia seja geral e irrestrita, como versa a fusão de emendas dos deputados Humberto Souto (PFL-MG), Ziza Valadares (PMDB-MG) e do senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE). O Centrão concorda com o Planalto e com a UDR — União Democrática Ruralista.

Entretanto, frente à "insensibilidade" do Governo, que desde o início de 87 vem dando as costas ao tema, Centrão e UDR amecam fazer o que ninguém quer — isentar indiscriminada-

A principal base política do Governo, no Congresso, o Centrão, que garantiu o mandato de cinco anos para o presidente Sarney, pode contribuir para desorganizar completamente as finanças públicas, na medida em que está atuando de forma dessintonizada com a estratégia de política econômica traçada pelas autoridades econômicas. Essa é a maior preocupação, no momento, dos ministros da Fazenda, Mailson da Nóbrega, e do Planejamento, João Batista de Abreu, segundo disse, ontem, o economista David Moreira, ex-secretário interministerial do Conselho de Privatização, atualmente consultor de empresas privadas interessadas no processo de privatização que o Governo está propondo.

O economista esteve reunido com o ministro João Batista de Abreu e a sua equipe, responsável pelas propostas de privatização das empresas estatais e sentiu, conforme revelou, que existe um certo desalento dentro do Governo por causa das ambigüidades existentes entre as propostas concretas que formula, no campo da privatização, e o discurso político oficial, contra a medida, agora, abraçado pelo Centrão. "Não é possível compatibilizar as duas coisas, uma anula a outra", destacou.

A incompatibilidade do discurso não fica somente no campo da privatização, segundo o economista. Ela se verifica, também, no caso da anistia fiscal aos microempresários e pequenos agricultores, que deverão ser anistiaados pelo pagamento da correção monetária sobre suas dívidas contraídas durante o plano cruzado, conforme apóia o Centrão, de forma maciça, a proposta dos constituintes, Mansueto de Lavor, PMDB-PE; Ziza Valadares, sem partido-MG; e Humberto Souto, PFL-MG.

A fatura dos cinco anos, o pagamento dos favores do Governo aos constituintes que garantiram a duração do mandato do Presidente, é portanto, o nó da contradição que pode paralisar as finanças públicas segundo o economista.

### PRIVATIZAÇÃO

O governo precisa adotar, segundo David Moreira, antes de mais nada, uma visão estratégica do processo de privatização que pretende imprimir nos próximos anos, pois trata-se de um processo de longo prazo, cujos resultados não serão alcançados antes de se completar 6 anos. Citou o exemplo da privatização que está sendo feita em prática pelo governo inglês há 10 anos, sendo que nos 3 primeiros anos o processo praticamente ficou no campo da experimentação, deslançando somente após o sexto ano.

Após o período de experimentação, e consolidação de experiências, o economista acha que será necessário a institucionalização do processo, através do Congresso Nacional, quando a sociedade terá influído no momento, com base em discussões esclarecedoras didáticas. No momento, entretanto, ele defende, para efeito de alavancagem do processo a privatização de uma grande empresa estatal, como a Telemar, em vez da Usiminas, pois a primeira tem condições operacionais que poderão ser percebidas com maior facilidade pelo público: mercado mais amplo e estável, formação do preço da tarifa conhecido pelo público, não está subordinado ao mercado externo, política de distribuição de dividendos confiável, além de oferecer serviços conhecidos pela população, de forma palpável.

O Estado, no processo de privatização que defende David Moreira, ficaria com o direito majoritário de regular o funcionamento da empresa, bem como o processo de competitividade. Torna-se indispensável, ainda, adequar o processo de privatização às condições específicas das empresas. Esta seria uma preocupação do economista em relação à Usiminas, que entende precisa ser privatizada, mas somente depois que a proposta privatizante tiver devidamente adequada à estrutura administrativa da empresa, o mecanismo de operação, sua atuação no mercado e, principalmente, adequar a administração comandada por uma gerência fiscal que ficaria obrigada a cumprir novas regras ditadas pela privatização de parte do seu capital.



Davi Moreira

**ANÚNCIO FONADO 223-2323**